



DE 15 A 19 DE JANEIRO DE 2018 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Resolução 1260/XIII](#)

Recomenda ao Governo que promova medidas de prevenção e combate ao cyberbullying e ao cibercrime, nomeadamente a criação de grupos de trabalho de avaliação da resposta penal a estes fenómenos e de avaliação dos diplomas legais e regulamentares vigentes em matéria de saúde mental

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Lei 740/XIII](#)

Proteção da parentalidade nas situações de adoção e de recurso à procriação medicamente assistida por casais de pessoas do mesmo sexo

Autoria: PS

[Projeto de Lei 739/XIII](#)

Procede à alteração do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril, reforçando o regime de proteção na parentalidade

Autoria: PAN

[Projeto de Lei 738/XIII](#)

Altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril, introduzindo alterações ao regime da adopção e adaptando o regime de protecção na parentalidade à procriação medicamente assistida

Autoria: PAN

[Projeto de Lei 737/XIII](#)

Aumenta a transparência fiscal dos combustíveis por via de uma informação mais detalhada aos consumidores

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Lei 736/XIII](#)

Reforça a protecção jurídico-penal da intimidade da vida privada na internet

Autoria: PS

 **AERONÁUTICA**

[Aviso n.º 10/2018 - Diário da República n.º 14/2018, Série I de 2018-01-19](#)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Protocolo que altera a Convenção Referente às Infrações e a Certos Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves, assinado em Montreal, em 4 de abril de 2014

 **AMBIENTE**

[Aviso n.º 11/2018 - Diário da República n.º 14/2018, Série I de 2018-01-19](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de aprovação da Convenção Internacional de Nairobi sobre a Remoção de Destroços, 2007

[Aviso n.º 9/2018 - Diário da República n.º 12/2018, Série I de 2018-01-17](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de aprovação da Emenda de Doa ao Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, adotada em Doa, em 8 de dezembro de 2012

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

 **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[Banco de Portugal exige às instituições informação sobre os créditos que vão comercializar por homebanking e apps](#)

[APCER certifica Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal](#)

[Nota de Informação Estatística - Balança de pagamentos - novembro de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Estatísticas das empresas da central de balanços - 3º trimestre de 2017](#)

[Comissão Europeia publica novas regras sobre transparência e comparabilidade das comissões nas contas de pagamento](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Estatísticas trimestrais sobre day-trading - 4º trimestre de 2017](#)

[Comissão do Mercado de Capitais de Angola e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários assinam Protocolo de Cooperação](#)

[Comunicado da IOSCO sobre preocupações relacionadas com Initial Coin Offerings \(ICOs\)](#)

[Indicadores mensais sobre receção de ordens por conta de outrem - dezembro 2017](#)

[Orientações conjuntas da ESMA, EBA e EIOPA sobre prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo em transferências eletrónicas de fundos](#)

 **TMT**

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Plano Plurianual de Atividades para o triénio 2018-2020](#)

Publicação da ANACOM que inclui as prioridades estratégicas, os eixos de atuação e as ações concretas a realizar no triénio 2018-2020.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Operadores e prestadores - atualização da informação](#)

Informação atualizada relativa aos operadores e prestadores de serviços postais e de comunicações eletrónicas.

[Função fiscalizadora e sancionadora da ANACOM - atualização da informação](#)

Informação atualizada no âmbito dos serviços de comunicações eletrónicas.

[BEREC-RSPG apresentam soluções para facilitar a conectividade móvel](#)

Relatório conjunto sobre a facilitação da conectividade móvel em "áreas de desafio" divulgado a 10.01.2018.

[Relatório sobre serviços over-the-top](#)

ANACOM disponibiliza informação sobre utilização de serviços de instant messaging e de chamadas de voz e vídeo através da Internet.



TRABALHO

[Portaria n.º 21/2018 - Diário da República n.º 13/2018, Série I de 2018-01-18](#)

Portaria que procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS)

[Portaria n.º 22/2018 - Diário da República n.º 13/2018, Série I de 2018-01-18](#)

Portaria que procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2018

[Portaria n.º 23/2018 - Diário da República n.º 13/2018, Série I de 2018-01-18](#)

Portaria que procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2018

[Portaria n.º 24/2018 - Diário da República n.º 13/2018, Série I de 2018-01-18](#)

Portaria que altera o Regulamento de Gestão do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

[Portaria n.º 25/2018 - Diário da República n.º 13/2018, Série I de 2018-01-18](#)

Portaria que estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2019

[Aviso n.º 8/2018 - Diário da República n.º 12/2018, Série I de 2018-01-17](#)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação da Convenção n.º 187 sobre o Quadro Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em 15 de junho de 2006

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 18 DE JANEIRO DE 2018

O Conselho de Ministros aprovou dois diplomas que vêm consolidar a estratégia de defesa da floresta e prevenção e combate a incêndios, concretizando as medidas decididas na RCM de [21 de outubro de 2017](#) no que respeita ao reforço do nível de proteção de pessoas e bens e a resiliência do território face à ocorrência de fogos rurais.

Em cumprimento das recomendações constantes do relatório produzido pela Comissão Técnica Independente, as medidas aprovadas visam implementar mudanças de natureza transversal que garantam uma melhor articulação entre os mecanismos de prevenção e de combate a incêndios, a profissionalização e capacitação dos operacionais e a especialização dos meios.

Neste sentido, foram aprovados:

1. A resolução que define a Diretiva Única de Prevenção e Combate. Esta diretiva vem aprovar, pela primeira vez e de forma integrada, as responsabilidades dos vários participantes no sistema, melhorando a flexibilidade e coordenação entre eles, desde a fase de planeamento, passando pela prevenção até à supressão dos fogos rurais.

As grandes novidades, além da aproximação de prevenção e combate, consistem no reforço da prevenção estrutural e na incorporação do conhecimento especializado no sistema, através da criação de uma bolsa de peritos em fogos florestais, os quais permitirão o apoio técnico qualificado ao comando operacional de combate ao fogo rural.

Procura-se o envolvimento da sociedade civil, dos proprietários, dos produtores rurais, das organizações de produtores, das autarquias, das instituições públicas civis e militares, todos os agentes de proteção civil e demais entidades com saber e experiência relevantes, num esforço de cooperação e colaboração, com responsabilidade partilhada.

Por outro lado, reforça-se igualmente a transparência do sistema, porque se trata de documento público e de divulgação livre. Desta forma também se contribui para a maior capacidade de avaliação do sistema e responsabilização dos seus intervenientes.

2. O decreto-lei que aprova a orgânica da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), à qual compete a análise integrada, o planeamento, e a coordenação estratégica do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), incluindo o apoio qualificado à intervenção em eventos de elevado risco.

Tomando por base a reformulação dos princípios do sistema de defesa da floresta contra incêndios, o SGIFR encontra-se orientado para a proteção e sustentabilidade dos espaços florestais e para a salvaguarda de pessoas e bens, incluindo aglomerados populacionais.

Com a criação da AGIF, reconhece-se a necessidade de colmatar as principais lacunas identificadas pela Comissão Técnica Independente criada para análise dos acontecimentos relacionados com os incêndios ocorridos entre 17 e 24 de junho de 2017, ao nível do planeamento, da integração e interação entre entidades e intervenções, da estratégia, inteligência e avaliação do sistema.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

A AGIF procura garantir a análise integrada do sistema, para assegurar a sua solidez e eficácia, e a articulação das entidades que o compõem, designadamente, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Guarda Nacional Republicana e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Promove, ainda, o reforço dos sistemas de informação e comunicação de apoio à decisão operacional.

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

Regulamento Delegado (UE) 2018/66 da Comissão, de 29 de setembro de 2017, que complementa o Regulamento (UE) 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho especificando a forma como devem ser avaliados o montante nominal dos instrumentos financeiros que não sejam derivados, o montante nominal dos derivados e o valor líquido dos ativos dos fundos de investimento

Regulamento Delegado (UE) 2018/63 da Comissão, de 26 de setembro de 2017, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2017/571 que complementa a Diretiva 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às normas técnicas de regulamentação sobre a autorização, requisitos de organização e a publicação de transações no que respeita aos prestadores de serviços de comunicação de dados (1)

Decisão (UE) 2018/61 do Conselho, de 21 de março de 2017, relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação a título provisório, de uma alteração ao Acordo entre os Estados Unidos da América e a União Europeia sobre cooperação em matéria de regulamentação da segurança da aviação civil

Alteração n.º 1 ao Acordo sobre cooperação em matéria de regulamentação da segurança da aviação civil entre os Estados Unidos da América e a Comunidade Europeia

Retificação da Decisão (UE) 2017/175 da Comissão, de 25 de janeiro de 2017, que estabelece os critérios do rótulo ecológico da UE para o alojamento turístico (JO L 28 de 2.2.2017)

 **COMISSÃO EUROPEIA – COMUNICADOS DE IMPRENSA**

União Bancária: primeiro relatório intercalar sobre o combate aos créditos não produtivos em apoio do objetivo de redução dos riscos


IVA: Maior flexibilidade no respeitante às taxas de IVA, menos burocracia para as pequenas empresas

Novas medidas para fomentar as competências essenciais e as competências digitais, bem como a dimensão europeia da educação

Resíduos de materiais plásticos: uma estratégia europeia para proteger o planeta, defender os nossos cidadãos e capacitar as nossas indústrias

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2014-2011